



INSTITUTO ROSA BRANCA
Saúde é assim que se faz



DÉCIMA PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO

INSTITUTO ROSA BRANCA – ROSA BRANCA

Registro do Estatuto Primitivo, sob o número de registro 4359

Folha 105 do livro A -25

ESTATUTO

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, FILIAL E FINALIDADES.

DA DENOMINAÇÃO

Art. 1º - O **INSTITUTO ROSA BRANCA**, é uma associação civil de sem fins lucrativos, sendo fundada no dia primeiro do mês de maio de dois mil e nove, filantrópica, de caráter assistencial e social, sem vinculação a qualquer atividade de cunho político-partidário ou religioso, autônoma e independente, que regerá por este Estatuto e pelas normas legais pertinentes. Sendo indeterminado o seu tempo de duração, podendo o Conselho Diretor aprovar a criação de filiais e escritórios no país e/ou no exterior.

I - finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades, vedada a sua distribuição entre os seus sócios, associados, conselheiros, diretores ou doadores;

Art. 2º - O **INSTITUTO ROSA BRANCA**, tem Foro e Sede na Praça Marechal Floriano Peixoto, 259 – 2º andar – Centro – Itaboraí – RJ, CEP: 24800-165. FILIAL; Município de senador Pompeu – CE, no endereço Francisco França Cambraia, número 331, sala 5 – CEP: 63600-000 – Ceará e Rua Anastácio Casimiro, 41, Apartamento 201, 2º andar – centro – Monsenhor Tabosa – CE – CEP: 63780-000.

Art. 3º - O **INSTITUTO ROSA BRANCA** passará a ter como nome fantasia “**ROSA BRANCA**” em sua atuação, podendo utilizar-se da marca e da logomarca da Instituição.

Art. 4º - O **INSTITUTO ROSA BRANCA** atuará de forma beneficente, tendo por finalidade apoiar, gerir e desenvolver ações assistenciais e sociais nas áreas de saúde, de igual forma, com atenção ao desenvolvimento econômico local no Brasil e em outros países, podendo, inclusive, atuar mediante formação de contratos de gestão, sessão Pública, termos de parceria e convênios com membros da administração pública direta e indireta, através das seguintes linhas de atuação:

(21) 3728-4264 Inscrição Municipal: 1031701

www.institutorosabranca.org institutorosabranca28@gmail.com

Praca Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro - Itaboraí/RJ

PROTÓCOLO
Nº 3158
Lº 49
Data 12/06/2023



INSTITUTO ROSA BRANCA
Saúde é assim que se faz



l) Colaborar ou participar de programas governamentais ou desenvolvidos por entidades privadas ou da sociedade civil que afetem, ou seja, afins as suas áreas da atuação, podendo, inclusive, participar e/ou aceitar assentos em comitês, camarás, fóruns, redes e outros, assim como participar de outras pessoas jurídicas;

m) Montar exposições, oficinas, laboratórios, Workshops, realizar cursos, aulas, simpósios, seminários, congressos, conferências, palestras ou quaisquer outros eventos e/ou ações educacionais, para crianças, jovens ou adultos, inclusive treinamentos e/ou capacitação profissional, que tenham por foco os objetivos do **Instituto ROSA BRANCA**;

n) Desenvolver e organizar bancos de dados, produtos, ferramentas, equipamentos, entre outros, relativos às áreas de saber;

o) Conceder bolsas, criar prêmios, concursos e outras ações de estímulos relacionadas com seus campos de atuação;

p) Manter intercâmbio com pessoas nacionais e estrangeiras relacionadas com seus objetivos;

q) Difundir e explorar marcas do **Instituto ROSA BRANCA** e outras que possua ou detenha os direitos de exploração.

r) Receber doações em dinheiro de empresas privadas do Brasil e do Exterior, e receber Doações de Equipamentos de hospitais públicos ou privados;

s) Poderá celebrar Contratos de Prestação de serviços em contratação de mão-de-obra, em todas as atividades específicas como Engenharia civil, administração de condomínios, Limpeza, Manutenção de parques e Jardins, mão-de-obra educacional, mão-de-obra assistencial e Administrativa;

Parágrafo Primeiro: para a realização de seus objetivos, o **Instituto ROSA BRANCA** poderá celebrar contratos de gestão, convênios, termo de parceria, termo de colaboração, Fomento, acordo de cooperação Técnica, parcerias e outros instrumentos, com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, assim como poderá se qualificar como Organização Social tanto junto aos entes federativos (União, Estados, Distritos Federal e Municípios), nos termos da legislação pertinente.

Parágrafo Segundo: No desenvolvimento de suas atividades, o **Instituto ROSA BRANCA** observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

PROTÓCOLO
Nº 13158
Lº 47 Fis. -
Data: 12/06/2023

(21) 3728-4264 Inscrição Municipal: 1031701

✉ www.institutorosabranca.org ✉ institutorosabranca28@gmail.com

📍 Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro - Itaboraí/RJ



INSTITUTO ROSA BRANCA
Saúde é assim que se faz



a) ações de saúde, com atenção às afeitas a Estratégia da Saúde da Família, e com gerenciamento em Unidades de Pronto Atendimento, mediante operacionalização e execução de ações e serviços de saúde, sobre os pressupostos do Sistema Único de Saúde (SUS), Administração de Hospitais Públicos e Privados, proporcionando, em

território definido, atenção integral e contínua a saúde dos indivíduos e da comunidade, com ações de promoção, proteção e recuperação da saúde.

b) Manter hospitais, laboratórios, ambulatorios, clínicas, dispensários, e outros de natureza correlata; Apoiar, assessorar e gerenciar de forma complementar, serviços da saúde, tanto de natureza privada como publica;

c) Promover a cooperação técnica-administrativa, assim como desenvolver ações no sentido de apoiar e realizar a gestão e a operacionalização de equipamentos, atividades e serviços de saúde como contratação de Médicos, Enfermeiros, Técnicos em Enfermagem, Técnicos em Raio-x, por Serviços de Sociedade por conta de participação – SCP, inclusive no que tange a assistência ambulatorial e hospitalar de alta e média complexidade, ao programa de saúde da família, entre outros; Promover a cultura, a defesa e a conservação do patrimônio histórico e artístico e estimular a produção de manifestações e bens culturais, formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória;

d) Realizar atividades diversas no sentido de promover espetáculos teatrais, de dança, circenses, shows musicais, dentre outras atividades culturais.

e) Promover atividades dirigidas à educação, investindo na redução da vulnerabilidade de crianças e adolescentes aliada ao sucesso escolar, na implantação de novas metodologias de ensino, na inclusão social associada à educação, entre outras;

f) Contribuir para o desenvolvimento de projetos socioambientais consistentes;

g) Disseminar princípios e valores de inclusão social, assim como incentivar a participação de cidadãos, empresas e outras entidades públicas e privadas em projetos de cunho social, educacional, cultural, ambiental, entre outros, visando o desenvolvimento da cidadania e da responsabilidade social;

h) Fomentar a elaboração de políticas públicas nas áreas afetadas aos seus objetivos;

i) Divulgar informações, dados, trabalhos, estudos e documentos relacionados com seus objetivos, inclusive mediante a produção e distribuição de materiais didáticos, culturais, obras audiovisuais e editoriais, em especial filmes institucionais e documentários, assim com livros, revistas, publicações, entre outros, cuja temática relacione-se com suas finalidades estatutárias;

j) Estimular a investigação científica realizar estudos e pesquisas e prestar serviços relacionados aos seus objetivos;

Nº 13158
Lº 44 Fis.
Data 12/06/2023
PROTÓCOLO

(21) 3728-4264 Inscrição Municipal: 1031701

www.institutorosabranca.org institutorosabranca28@gmail.com

Praca Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro - Itaboraí/RJ



Art. 5º - Para cumprimento do seu objeto social o **Instituto ROSA BRANCA**, poderá atuar ainda com a atualização de valor de marca e logomarca, comercialização de produtos e serviços, tais como publicações, fotografias, camisetas, resíduos reciclados e outros materiais pertinentes aos seus trabalhos, podendo ainda, participar de empresas comerciais, de prestação de serviços, de venda de publicidade em sua Home-Page e demais produtos de Comércio Solidário, desde que os resultados desta ação se revertam ao **Instituto ROSA BRANCA** de modo a permitir a continuidade de seus objetivos sociais.

I - Para o cumprimento do seu objeto social poderá ainda o **Instituto ROSA BRANCA** firmar empréstimos junto a Instituições Financeiras nacionais e/ou internacionais, desde que os valores advindos sejam revertidos para o atendimento às finalidades da própria Instituição.

PARÁGRAFO ÚNICO – O prazo de duração do **Instituto ROSA BRANCA** é indeterminado.

Capítulo II

DO PATRIMÔNIO E DO REGIME FINANCEIRO

Art. 6º O patrimônio do **Instituto ROSA BRANCA** será composto de:

- a) aportes financeiros diretamente da União, dos Estados e Municípios ou através de suas entidades da administração direta, indireta ou fundacional;
- b) auxílios, contribuições e subvenções de entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras;
- c) doações ou legados;
- d) produtos de operações de crédito, internas ou externas, para financiamento de suas atividades;
- e) rendimentos próprios dos bens que possuir;
- f) rendas em seu favor constituídas por terceiros;
- g) rendimentos decorrentes de títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade;
- h) usufrutos que lhe forem conferidos;
- i) juros bancários e outras receitas de capital;
- j) valores recebidos de terceiros em pagamento de serviços ou produtos;
- l) contribuições de seus associados.

Parágrafo Único: As rendas do **Instituto ROSA BRANCA** somente poderão ser utilizadas para manutenção de seus objetivos, admitida, todavia, a critério da Diretoria, o seu investimento para a obtenção de rendas, destinadas ao mesmo fim.

Nº PR9306010
Lº 44 Fis. -
Data 12/06/2013

Art. 7º - O **Instituto ROSA BRANCA**, requer a não distribuição do patrimônio, inclusive em razão do desligamento, retirada ou falecimento entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores ou membros da entidade, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades.

Art. 8º - O **Instituto ROSA BRANCA** não remunera e nem concede vantagens e benefício por qualquer título, a seus conselheiros, mantenedores, instituidores, benfeitores ou equivalentes, em razão das competências ou funções que lhe são atribuídas pelo presente Estatuto, nesta condição, prestarem à organização social, ressalvada a ajuda de custo por reunião da qual participem, podendo, no entanto, contar com bolsistas, empregados, estagiários e voluntários, bem como a colaboração de servidores públicos e outros, além de atuar por meio de serviços de terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, contratadas ou conveniadas, na forma da legislação específica.

Parágrafo Único – Compete a Administração a fixação da remuneração dos membros da Diretoria da Matriz e Diretoria Regionais;

Art. 9º - A administração financeira obedecerá ao orçamento anual, em que prevalecerão os princípios da unidade e da universalidade.

§ 1º - Os resultados do exercício serão lançados no fundo patrimoniais ou em fundos especiais, mediante proposta da Diretoria e aprovação da Assembleia Geral.

§ 2º - O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 10º - Previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de sua atividades, em caso de extinção ou desqualificação da entidade, ao patrimônio de outra organização social qualificada no Âmbito do Município ou Estado, da mesma área de atuação, ao patrimônio do Município e Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados;

Capítulo III




DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 11º - A prestação de contas anual será feita à Assembleia Geral, até 31 de dezembro, e, além de outros, conterà os seguintes elementos:

- I – Balanço financeiro;
- II – Balanço econômico;
- III – balanço patrimonial;
- IV – Parecer do Conselho Fiscal.

Art. 12º - A prestação de contas da Instituição observará as seguintes normas:

PROTOCOLADO
Nº 13158
Lº 44 FLS. -
Date: 12/06/2023



- I - Os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II - a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;
- III - a realização de auditoria, inclusive por auditores externos e internos, independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;
- IV - a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.
- V - Obrigatoriedade de publicação anual de síntese do relatório de gestão e do balanço no Diário Oficial do Estado e ou Município, de forma completa, no sítio eletrônico da organização social, bem como no Portal da Transparência do Poder Executivo, de modo a assegurar o acesso público aos dados e a favorecer os processos de fiscalização e controle social;

Capítulo IV

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 13º - Os que subscrevem a ata de fundação do **Instituto ROSA BRANCA** são seus membros fundadores e constituem-se em sua Assembleia Geral.

Art. 14º - O **Instituto ROSA BRANCA** tem como órgãos deliberativos e administrativos a Assembleia Geral, o Conselho Administrativo, a Diretoria e o Conselho Fiscal.

Art. 15º - A Assembleia Geral, órgão soberano da entidade, será constituída por todos os membros fundadores, em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 16º - São atribuições da Assembleia Geral:

- I - eleger os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Matriz e Diretoria Regional e do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes;
- II - elaborar e aprovar o Regimento Interno do **Instituto ROSA BRANCA**;
- III - deliberar sobre o orçamento anual do **Instituto ROSA BRANCA**;
- IV - examinar o relatório da Diretoria e deliberar sobre o balanço e as contas, após parecer do Conselho Fiscal;
- V - deliberar sobre a conveniência de aquisição, alienação ou oneração de bens pertencentes ao **Instituto ROSA BRANCA**;
- VI - decidir sobre a emenda reforma ou revisão, total ou parcial do presente estatuto, inclusive no tocante à sua administração;

Nº 13158
Lº 44 FIS. -
Date: 12/06/2013



INSTITUTO ROSA BRANCA
Saúde é assim que se faz



VII - deliberar sobre proposta de absorção ou incorporação de outras entidades do **Instituto ROSA BRANCA**;

VIII - autorizar celebração de convênios e acordos com entidades públicas ou privadas;

IX – decidir, em grau de recurso, sobre atos do Conselho de Administração ou da Diretoria;

X – decidir sobre qualquer assunto não afeto a outra unidade do **Instituto ROSA BRANCA**;

XI – completar, por eleição, nos casos de vacância, os quadros dos Conselhos de Administração e Fiscais;

XII - decidir sobre a extinção do **Instituto ROSA BRANCA** e o destino do patrimônio.

XIII – deliberar e fixar o valor da ajuda de custo que será fornecido aos membros do Conselho de Administração por reunião da qual participem;

IX - constituir Conselho de Administração Específico, ainda que com composição e competência distintas de outros que possua, para exercer as atribuições referentes aos contratos de gestão celebrados no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e /ou outros Estados e Municípios;

X - A entidade poderá deliberar alterações estatutárias específicas para adequação à Lei 6.043/2011 ou qualquer outra lei, as quais deverão constar em ata.”

Parágrafo Único: para a deliberação a que se referem os itens I e VI, deste artigo, será exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos associados presentes à Assembleia Geral Especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

Art. 17º - A Assembleia Geral se reunirá ordinariamente uma vez por ano até o final do mês de março de cada ano, quando convocada pelo seu Presidente, seu substituto legal ou ainda por no mínimo 1/3 de seus membros, para:

I – aprovar o orçamento e o plano de ação para o exercício;

II - deliberar sobre o relatório apresentado pela Diretoria sobre as atividades referentes ao exercício social encerrado.

Art. 18º - A Assembleia Geral Ordinária será convocada pelo Diretor Presidente do **Instituto ROSA BRANCA** e a Assembleia Geral Extraordinária poderá ser convocada:

I – pelo Diretor Presidente do **Instituto ROSA BRANCA**;

II – pela maioria dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal.

1º
Lº 44
Data 12/06/2013
Fis. 13158

(21) 3728-4264 – Inscrição Municipal: 1031701

www.institutorosabranca.org institutorosabranca28@gmail.com

Praca Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro - Itaboraí/RJ



III – por no mínimo, 1/5 (um quinto) da totalidade dos associados.

Art. 19º – A Assembleia Geral será convocada ordinariamente ainda, quando convocada pelo presidente no mês de novembro para:

I – Treinamento, para eleger a Diretoria e para a renovação do terço do Conselho de Administração e da totalidade do Conselho Fiscal.

Art. 20º – A Assembleia Geral instalar-se-á:

I – em primeira convocação, com 1/3 (um terço) dos associados;

II – em segunda convocação, meia hora após o horário previsto, com qualquer número de associados.

Art. 21º - A convocação das reuniões ordinárias ou extraordinárias será feita mediante edital, com pauta dos assuntos a serem tratados, a ser fixado na sede da entidade, com antecedência mínima de oito (8) dias e correspondência pessoal contrarrecibo aos integrantes dos órgãos de administração do **Instituto ROSA BRANCA**, mencionando explicitamente a ordem do dia, o local e a hora da reunião.

§ 1º - As reuniões Ordinárias instalar-se-ão em primeira convocação, com a presença mínima da maioria dos integrantes da Assembleia Geral e em segunda convocação, trinta (30) minutos após, com qualquer número de presentes.

§ 2º - As reuniões Extraordinárias instalar-se-ão, em primeira convocação, com 2/3 (dois terços) dos integrantes da Assembleia Geral e, em segunda convocação, trinta (30) minutos após, com maioria absoluta dos integrantes do referido órgão.

Art. 22º – As deliberações da Assembleia Geral tomar-se-ão por maioria absoluta de votos dos membros presentes. O voto é pessoal, não sendo aceitas procurações.

Art. 23º – As deliberações da Assembleia Geral serão objeto de ata especial, a qual deverá ser assinada por aquele que a presidir e por aquele que a secretariar, sendo a ele anexada lista de presença, devidamente assinada pelos associados presentes.

CAPITULO V

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 24º – O Conselho de Administração, órgão de deliberação superior e controle do **Instituto ROSA BRANCA** será composto por, no máximo 11 (onze) membros, previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da sociedade civil, de notória capacidade profissional e idoneidade moral, sendo composto por:

13158
44 Fis.
Data 12/06/2023



I - Seguinte;

- a) Até 30% (trinta por cento) de membros natos representantes do Poder Público, na forma definida pelo estatuto da entidade;
- b) No máximo 25% (vinte e cinco por cento) de membros natos representantes de entidades da sociedade civil;
- c) até 10% (Dez por cento) no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou associados;
- d) No máximo 25% (vinte e cinco por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral.
- e) até 10% (dez por cento) de membros indicados ou eleitos na forma estabelecida pelo estatuto;

II- Seguinte;

- a) até 55% (cinquenta e cinco por cento), no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou os associados;
- b) 35% (trinta e cinco por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
- c) 10% (dez por cento) de membros eleitos pelos empregados da entidade;

III – Seguinte;

- a) Até 30% (trinta por cento) de membros natos representantes do Poder Público, na forma definida pelo estatuto da entidade;
- b) No máximo 30% (trinta por cento) de membros natos representantes de entidades da sociedade civil;
- c) até 10% (Dez por cento) no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou associados;
- d) No máximo 30% (trinta por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral.

PROTÓCOLO
Nº 13158
Lº 04 Fis. -
Data 12/06/2023



IV – SEGUINTE

- a) 30% (trinta por cento) de membros natos representantes do Poder Público, definidos pelo estatuto da entidade;
- b) 30% (trinta por cento) de membros natos representantes de entidades da sociedade civil, definidos pelo estatuto;
- c) 10% (dez por cento) no caso de associação civil, de membros eleitos entre os membros ou os associados;
- d) 20% (vinte por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
- e) 10% (dez por cento) de membros indicados ou eleitos na forma estabelecida pelo estatuto.

V – seguinte

- a) 20 a 40% (vinte a quarenta por cento) de membros representantes do Poder Público, indicados pelo Governador ou por delegação pelo Secretário de Estado;
- b) 40 a 50 % (quarenta a cinquenta por cento) de membros da sociedade civil, de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, na forma prevista no estatuto da entidade;
- c) 10 a 30% (dez a trinta por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
- d) 10% (dez por cento) de membros indicados pelos empregados da entidade e/ou servidores colocados à disposição, dentre estes, na proporção de 50% (cinquenta por cento), na forma prevista no Estatuto da entidade;

Parágrafo Primeiro: O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 04 (quatro) anos, admitida uma recondução. Bem como a renovação das representações deve ser paritária e proporcional, conforme previsto no Estatuto;

Parágrafo Segundo: O primeiro mandato de metade dos membros do Conselho de Administração será de 02 (dois) anos, conforme alíneas “a”, “b” “c” d” e”, do inciso I, conforme alínea “a”, “b”, “c”, do inciso II, conforme alínea “a”, “b”, “c” “d” do inciso III, conforme alínea “a”, “b”, “c” “d” “e” do inciso IV, conforme alínea “a”, “b”, “c” “d” do inciso V bem como a renovação das representações deve ser paritária e proporcional, conforme previsto no Estatuto;

Parágrafo Terceiro: O conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, que serão escolhidos na primeira reunião do Conselho de Administração, por seus pares, dentre seus membros, e terão mandatos de 02 (dois) anos, permitindo uma recondução.

PROTOCOLO
Nº 13158
Lº 44 Fls. ~
Data 12 / 06 / 2023



Parágrafo Quarto: Ao presidente do conselho de Administração ou, na sua falta, ao Vice-Presidente, compete coordenar as atividades deste Conselho, acompanhar as atividades do **Instituto ROSA BRANCA** além das demais atribuições previstas neste Estatuto e/ou que lhe forem conferidas pelo próprio Conselho de Administração.

Parágrafo Quinto: O Vice-Presidente do Conselho de Administração substituirá o Presidente deste em suas faltas, impedimentos e no caso de vacância até a indicação de seu substituto.

Parágrafo Sexto: Na hipótese de vacância de cargo do Conselho de Administração, o respectivo substituto será eleito para completar o mandato do substituto, respeitando-se o disposto nas alíneas "a" "b" "c" "d" e", "a" "b" "c", e "a ,b" "c" "d" acima.

Parágrafo Sétimo: Os membros do Conselho de Administração não poderão ser;

- a) Cônjuge, companheiro ou parceiro, consanguíneos ou afins, e linhas reta ou colateral, até o terceiro grau, do Presidente da República, Vice-Presidente da República, Governador de Estado, Vice-Governador, Prefeito, Vice-Prefeito, Ministros e Secretários de Estado, Subsecretários e Parlamentares, Senadores, Deputados e Vereadores, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e das Agências Reguladoras;
- b) Servidor público detentor de cargo comissionado ou função gratificada.

Art. 25º – O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, 03 (três) vezes a cada ano e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Parágrafo Único: As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração ou por no mínimo, 1/5 (um quinto) de seus membros.

Art. 26º– O conselho de Administração reunir-se-á com a presença mínima de metade de seus membros e suas deliberações serão adotadas por maioria simples de votos, ressalvados os casos de quórum especial.

Art. 27º – Compete ao Conselho de Administração;

- a) Fixar o âmbito de atuação do **Instituto ROSA BRANCA**, para consecução do seu objeto, conforme artigo 4º e incisos;
- b) Aprovar a proposta de contrato de gestão da entidade;
- c) Aprovar a proposta de orçamento da entidade e o programa de investimento, assim como a proposta de programa de trabalho e o relatório anual da Diretoria;
- d) Fixar a remuneração aos membros da Diretoria Matriz e Diretoria Regionais;
- e) Aprovar a extinção da entidade por maioria, no mínimo, de 2/3 (dois terço) de seus membros;



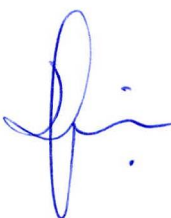
Nº 19906010
Lº 44 Fis. -
Data 12/06/2013



- f) Aprovar o regimento interno da entidade, que deve dispor, no mínimo, sobre a estrutura, forma de gerenciamento, os cargos e as competências;
- g) Aprovar e dispor sobre alteração, por maioria de no mínimo dois terços seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que o **Instituto ROSA BRANCA** deve adotar para a contratação de obras e serviços, bem como para compra e alimentação, e o plano de cargos, salários e benefício dos empregados da entidade;
- h) aprovar e encaminhar ao órgão supervisor da execução do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela Diretoria, as Secretarias de Estados e / ou Municípios que estejam executando o contrato de Gestão, semestralmente, bimestralmente ou trimestralmente, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade e os demonstrativos financeiros e contábeis, elaborados pela diretoria executiva;
- i) fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com o auxílio de auditoria externa;
- j) Convocar extraordinariamente a Assembleia Geral, conforme previsto neste estatuto.
- k) Eleger e destituir os membros da diretoria central e das diretorias regionais;
- l) Definir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente Estatuto;
- m) Designar e dispensar os membros da Diretoria, ou, no caso de associação civil, propor a destituição à Assembleia Geral da entidade;
- n) Aprovar e dispor a alterações dos estatutos e a extinção da entidade por maioria, no Mínimo, de dois terços de seus membros;
- o) Pronunciar-se sobre assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria executiva da entidade;
- p) Pronunciar-se sobre denúncia que lhe for encaminhada pela sociedade civil em relação a gestão e aos serviços sob a responsabilidade da entidade, adotando as providências cabíveis;
- q) Os diretores de Organizações Sociais, caso participem de mais de uma entidade regida por esta Lei, somente receberão remuneração por uma delas;

Art. 28º) o dirigente máximo da entidade deve participar das reuniões do conselho, sem direito a voto;

Art. 29º) os conselheiros eleitos ou indicados para integrar a diretoria da entidade devem renunciar ao assumirem funções executivas ou qualquer outro cargo da entidade;



Art. 30º) Os conselheiros não receberão remuneração pelos serviços que, nesta condição prestarem à Organização Social, ressalvada a ajuda de custo por reunião da qual participem;

CAPÍTULO VI

DA DIRETORIA

Art. 31º - A Diretoria é órgão de direção, administração e gestão do **Instituto ROSA BRANCA** e será composta:

- I – Diretor Presidente;
- II – Diretor Administrativo
- III – Diretor Financeiro

§ 1º - O mandato dos integrantes da Diretoria será de (4) quatro anos, permitida a reeleição.

§ 2º - Não Poderão ser eleitos para os cargos de diretoria da entidade os sócios que exerçam cargos, empregos ou funções públicas junto aos órgãos do Poder Público.

§ 3º - A Diretoria reunir-se-á a cada 03 meses, ou sempre que necessário por convocação do Diretor Presidente.

Art. 32º - Ocorrendo vaga em qualquer cargo de titular da Diretoria, caberá ao respectivo suplente substituí-lo até o fim do período para que foi eleito.

Art. 33º - Ocorrendo vagas entre os integrantes suplentes da Diretoria, a Assembleia Geral se reunirá no prazo máximo de trinta dias após a vacância, para eleger o novo integrante.

Art. 34º - Compete à Diretoria:

- I – Adotar todas e quaisquer medidas necessárias à administração do **Instituto ROSA BRANCA**, observando os termos do presente estatuto e do que for decidido pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração.
- II – Elaborar a proposta do programa de trabalho do INSTITUTO e seus respectivos orçamentos;
- III – elaborar os relatórios anuais de atividades do **Instituto ROSA BRANCA**;
- IV – Nomear representantes e coordenadores, criar comissões extraordinárias ou permanentes e grupos de trabalhos para auxiliar na execução de projetos e atividades ou na defesa de interesse específico do **Instituto ROSA BRANCA**;

PROTÓCOLO
Nº 13158
4ª FLS.
12/06/2023



INSTITUTO ROSA BRANCA
Saúde é assim que se faz



- V – Deliberar sobre a participação do **Instituto ROSA BRANCA** em programas governamentais ou desenvolvidos por entidades públicas ou privadas;
- VI – Aprovar a admissão de associados efetivos;
- VII – celebrar termos de parceria, convênios, contratos e acordos de interesse do **Instituto ROSA BRANCA**;
- VIII – aprovar quaisquer contratações e demissões de funcionários;
- IX – Alienar e onerar bens imóveis do **Instituto ROSA BRANCA**, mediante autorização de Assembleia Geral;
- X – convocar a Assembleia Geral, conforme previsto no estatuto;
- XI – exercer as demais atribuições previstas neste Estatuto;

Parágrafo único: Os documentos atinentes à gestão financeira do **Instituto ROSA BRANCA**, tais como cheques, ordens de pagamento e outros documentos que implique obrigações de pagamento pelo **Instituto ROSA BRANCA** devem ser assinados pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Financeiro.

Art. 35º - Compete ao Diretor Presidente:

- I – diligenciar pelo cumprimento dos objetivos sociais do **Instituto ROSA BRANCA**;
- II – representar o **Instituto ROSA BRANCA** ativa e passivamente, em juízo e fora dele;
- III – convocar e presidir reuniões da Assembleia Geral;
- IV – convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- V – participar das reuniões do Conselho de Administração;
- VI – gerenciar todo o movimento da entidade, coordenando o trabalho dos demais membros da Diretoria;
- VII – admitir e demitir os funcionários do **Instituto ROSA BRANCA**;
- VIII – elaborar em conjunto com o Diretor Financeiro o relatório anual de atividades e a proposta do programa de trabalho do **Instituto ROSA BRANCA**;
- IX – comparecer ou fazer-se representar nas solenidades, atos oficiais e sociais de interesse do **Instituto ROSA BRANCA**;
- X – assinar todos os documentos relativos às atividades do **Instituto ROSA BRANCA**;
- XI – assinar, nos termos do **artigo 34, parágrafo único** deste Estatuto, cheques, ordens de pagamento e outros documentos que impliquem obrigações de pagamento pelo **Instituto ROSA BRANCA**;

PROTOCOLADO
Nº 13158
Lº 44 Fis. -
Data 12/06/2013

(21) 3728-4264 Inscrição Municipal: 1031701

✉ www.institutorosabranca.org ✉ institutorosabranca28@gmail.com

📍 Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro - Itaboraí/RJ



XII – adotar providências para que os associados possam exercer seus direitos e cumprir seus deveres;

XIII – outorgar procurações, inclusive “ad judícia”, que poderão ser por prazo indeterminado.

Art. 36º - Compete ao Diretor Administrativo:

I - diligenciar pelo cumprimento dos objetivos sociais do **Instituto ROSA BRANCA**;

II – ter sob sua guarda livros e arquivos relacionados às suas atribuições;

III – secretariar as reuniões da Assembleia Geral e da Diretoria, bem como redigir e lavrar as respectivas atas;

IV – responsabilizar-se pelos serviços de divulgação dos trabalhos, esclarecimentos e relações públicas, mantendo o contato e intercâmbio com órgãos da imprensa e comunicação;

V – exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Diretor Presidente.

Art. 37º – Compete ao Diretor Financeiro:

I – diligenciar pelo cumprimento dos objetivos sociais do **Instituto ROSA BRANCA**;

II – gerenciar, organizar e dirigir os serviços financeiros, zelando pelo equilíbrio, correção e propriedade orçamentária do **Instituto ROSA BRANCA**;

III – ter sob sua guarda bens e valores do **Instituto ROSA BRANCA**;

IV – responsabilizar-se pelos balanços e outros documentos contábeis e financeiros do **Instituto ROSA BRANCA**;

V – elaborar em conjunto com o Diretor Presidente, o relatório anual de atividades e a proposta do programa de trabalho do **Instituto ROSA BRANCA**;

VI – arrecadar as receitas e administrar o pagamento das despesas do **Instituto ROSA BRANCA**;

VII – assinar, nos termos do **artigo 34, parágrafo único** deste Estatuto, cheques, ordens de pagamento e outros documentos que impliquem obrigações de pagamento do **Instituto ROSA BRANCA**;

VIII – substituir o Diretor Presidente nas suas faltas e impedimento;

IX – exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Diretor Presidente.

Art. 38º - Atribuições da Diretoria Regional;

PROTÓCOLO
Nº 47 FIS. -
13158
Data 12/06/2023



PROTÓCOLO
13158
44 FIS. -
12/06/2023
José Luiz Coutinho da Silva
Tabelião Substituto
Reg. OAB/SP 1.045.000/RJ

- I - terá mandato de (2) dois anos, permitida a reeleição
 - II – Administrará as filiais sempre em conjunto com a Administração da sede e supervisão da sede.
 - III – Responderá ativa e passivamente pelas ações Administrativas da filial;
 - IV – Prestar contas mensalmente a respeito da Administração da filial;
- Art. 39º - Compete ao Diretor Financeiro da Regional;
- I - Gerir os capitais permanentes da filial em conjunto e supervisão da Administração da sede;
 - II – Assinar em conjunto com o Diretor Presidente da sede cheques, ordens de pagamento e outros documentos que impliquem obrigações de pagamento dos contratos oriundos da filial;
 - III – Poderá abrir contas e as operacionaliza - lãs, sempre em conjunto com o Diretor Presidente da sede;
 - IV - Responder ativa e passivamente ela administração financeira da filial;
 - VI - Usar a denominação da entidade dentro das autorizações permitidas pela matriz;
 - VII - Prestar contas mensalmente a respeito de sua filial, à matriz;
 - VIII - O Diretor Financeiro Regional, reporta normalmente ao Diretor-Geral;

CAPÍTULO VII

DO CONSELHO FISCAL

- Art. 40º - O Conselho Fiscal será composto por três membros e um membro suplente, eleitos pela Assembleia Geral e o seu mandato será coincidente com o mandato da Diretoria;
- I – Os membros do Conselho Fiscal, na primeira reunião, elegerão, entre seus membros titulares, o seu Presidente.
 - II - O conselho fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente, sempre que necessário.
 - III – O mandato dos membros do Conselho Fiscal será de 04 (quatro) anos e coincidirá com o mandato da Diretoria, admitindo-se reconduções.
- Art. 41º - Compete ao Conselho Fiscal:
- I – examinar os livros de escrituração da Instituição;

PROTÓCOLO
13158
44 FIS. -
12/06/2023

[Handwritten signatures]



- II – opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;
- III – requisitar ao Diretor Financeiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Instituição;
- IV - acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
- V – convocar extraordinariamente a Assembleia Geral;

CAPÍTULO VIII

DOS MEMBROS, SEUS DIREITOS E OBRIGAÇÕES.

Art. 42º – São membros do **INSTITUTO ROSA BRANCA** aqueles que a ele se associar, comprometendo-se a respeitar este Estatuto, o regimento interno, regulamentos, deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Diretoria e toda a legislação que for aplicada ao **Instituto ROSA BRANCA**.

Art. 43º – Os membros serão divididos nas seguintes categorias:

- I – fundadores – aqueles que idealizaram e organizaram o **Instituto ROSA BRANCA**, assinando os seus atos constitutivos;
- II – beneméritos – aqueles que prestaram relevantes serviços ao e forem propostos e aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração;
- III – contribuintes – aqueles que vierem a ter sua admissão ao quadro associativo aprovado pela Diretoria;

§ 1º – na categoria membros beneméritos e contribuintes serão admitidas pessoas físicas e jurídicas e, no caso de pessoa jurídica, deverá ser designado um representante perante o **Instituto ROSA BRANCA**.

Art. 44º – Em caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do Estatuto;

Art. 45º – São direitos dos associados:

- I – Ter voz e voto nas assembleias e reuniões do **Instituto ROSA BRANCA**;
- II – apresentar propostas e projetos que venham ao encontro dos objetivos do **Instituto ROSA BRANCA**;
- III – Requerer a convocação de reunião Extraordinária da Assembleia Geral, na forma deste Estatuto;
- IV – Votar e ser votado para os cargos eleitos dos órgãos do **Instituto ROSA BRANCA**;

PROTÓCOLO
Nº 13158
L. 44 FIS. -
Data 12/06/2023



INSTITUTO ROSA BRANCA
Saúde é assim que se faz



V – Apresentar e oferecer sugestões ao Conselho de Administração e à Diretoria sobre assuntos de interesse do **Instituto ROSA BRANCA**;

VI - Solicitar seu desligamento no quadro de associados do **Instituto ROSA BRANCA**;

Art. 46º – São deveres dos associados:

I – cumprir fielmente o presente Estatuto e demais decisões do órgão colegiado e da Diretoria;

II – zelar pelo patrimônio e pelo prestígio do **Instituto ROSA BRANCA**;

III – colaborar sempre, direta ou indiretamente, com as atividades e realizações do **Instituto ROSA BRANCA**;

IV – comunicar por escrito quando mudar de domicílio, telefone ou endereço eletrônico;

V – no caso de necessidade de afastamento do quadro de associados, comunicar por escrito com antecedência mínima de quinze dias;

VI – comparecer às assembleias gerais ordinárias e extraordinárias.

Parágrafo Único: A Diretoria avaliará as justificativas do não comparecimento às assembleias.

Art. 47º – Os membros perdem seus direitos por:

I – deixar de cumprir uma ou mais disposições do artigo anterior;

II – infringir disposição estatutária, regimental, regulamentar ou decisão da Diretoria;

III – expressar-se publicamente de forma a denegrir o **Instituto ROSA BRANCA**, provocar discórdia ou desunião entre os seus associados;

IV – praticar delitos, desviar bens do **Instituto ROSA BRANCA**;

V – praticar atos que impliquem em desabono ou descrédito do **Instituto ROSA BRANCA** ou de seus associados.

Parágrafo Único: O desligamento será objeto de processo administrativo proposto e conduzido pela Diretoria, assegurada à ampla defesa, e concretizado por aprovação de seu relatório pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 48º - Os membros e dirigentes do **Instituto ROSA BRANCA** não respondem solidariamente subsidiariamente pelas obrigações da Entidade.

PROTÓCOLO
13158
Lº 44 Fis. -
Data: 12/06/2023

(21) 3728-4264 Inscrição Municipal: 1031701

www.institutorosabranca.org institutorosabranca28@gmail.com

Praca Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro - Itaboraí/PJ



INSTITUTO ROSA BRANCA
Saúde é assim que se faz

REGISTRO CIVIL DE P.S. JUS
JOSÉ LUIZ COSTA DA SILVA
Tabelião Substituto
Mat. 94/0425 CGJ/RJ

Art. 49º - O **Instituto ROSA BRANCA** é composto por número ilimitado de membros, distribuídos em categorias de fundadores, benfeitores, honorários e contribuintes, a aceitação de novos associados conforme prevê o artigo 42, se dará através da proposta de outro associado em indicação a Diretoria.

Parágrafo único: A primeira Assembleia Geral do **Instituto ROSA BRANCA**, composta por seus fundadores, designará comissão para elaborar regimento que conste as condições para a ele se associar, bem como das categorias, direitos, deveres e obrigações dos membros.

Art. 50º - Os Conselhos Administração e Fiscal elegerão seus presidentes na primeira reunião subsequente à escolha dos mesmos.

Art. 51º - O quórum de deliberação será 2/3 (dois terços) da Assembleia Geral, em reunião extraordinária, para as seguintes hipóteses:

I - alteração dos Estatutos;

II - alienação de bens imóveis e gravação de ônus reais sobre os mesmos;

III - aprovação de tomada de empréstimos financeiros de valores superiores a 10 (dez mil) salários mínimos;

IV - extinção do **Instituto ROSA BRANCA**.

Art. 52º - O orçamento do **Instituto ROSA BRANCA** será uno anual e compreenderá todas as receitas e despesas, compondo-se de estimativa de receita, discriminadas por dotações e discriminação analíticas das despesas de modo a evidenciar sua fixação para cada órgão, projeto ou programa de trabalho.

Art. 53º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembleia Geral, ficando eleito o foro da Comarca de Itaboraí, para sanar possíveis dúvidas.

PROTOCOLADO
Nº 13158
Lº 47 Fls. -
Data 12/06/2023

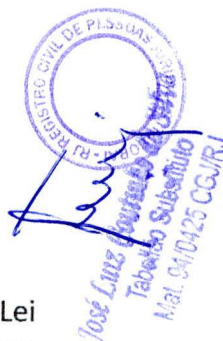
(21) 3728-4264 Inscrição Municipal: 1031701

www.institutorosabranca.org institutorosabranca28@gmail.com

Praca Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro - Itaboraí/PJ



INSTITUTO ROSA BRANCA
Saúde é assim que se faz



Capítulo X DA EXTINÇÃO

Art. 54º - O **Instituto ROSA BRANCA** entrará em liquidação nos casos previstos em Lei ou por deliberação da Assembleia Geral especialmente convocada, com quórum de 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um), em primeira convocação e 1/3 (um terço) em segunda convocação, meia hora depois, com aprovação mínima de 2/3 (dois terços) dos associados presentes com direito a voto.

Art. 55º - No caso da Dissolução, extinção da instituição haverá a incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe forem destinadas, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, ao patrimônio de outra instituição qualificada para a mesma área de atuação, ou ao patrimônio da administração pública, de onde estiver executando o contrato de gestão, na proporção dos recursos e bens por este alocados, sem prejuízo da liquidação que não se aterá, no atendimento do passivo, a qualquer prévia destinação.

Art. 56º - Na eventualidade de extinção por fusão ou Incorporação ou desmembramento será nomeada a partir de Assembleia uma comissão formada por sócios e terceiros interessados, que ficará responsável e obrigada aos estudos necessários aos atos de extinção, nos moldes em que ocorrer o ato, tais como o levantamento patrimonial, balanço geral, destino dos fundos de contingências e outros e, o projeto de estatuto, que será apresentado a Assembleia Geral, e, se aprovado o relatório da comissão conjunta e os respectivos documentos à extinção da personalidade jurídica, deverá se registrada no órgão estadual competente, em duas vias, com a publicação do arquivamento.

Parágrafo único: Previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe forem destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação da entidade, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Estado ou Município da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Estado ou Município, na proporção dos recursos e bens por este alocados;

PROTOCOLO
Nº 13158
Lº 47 Fls. -
Data: 12 / 06 / 2023

(21) 3728-4264 - Inscrição Municipal: 1031701

✉ www.institutorosabranca.org ✉ institutorosabranca28@gmail.com

📍 Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro - Itaboraí/PJ



INSTITUTO ROSA BRANCA
Saúde é assim que se faz

JOSE LUIZ COSTA DA SILVA
Tabelião Substituto
Mat. 94/0425 CCJ/RJ

Capítulo XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 57º - O exercício social encenar-se-á em 31 de Dezembro de cada ano.

Art. 58º - Após a aprovação desta reforma estatutária serão revogadas as disposições anteriores, passando a produzir efeitos a partir de seu registro e publicidade junto a órgão público competente, conforme definido em legislação.

Itaboraí, 31 de maio de 2023

Tatiane

Tatiane de Menezes Chagas

Presidente do Conselho

gov.br

Documento assinado digitalmente
DENILSON VERISSIMO MONTEIRO
Data: 05/06/2023 14:38:57-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Denilson Verissimo Monteiro

Diretor Administrativo

gov.br

Documento assinado digitalmente
ANDERSON FARIAS PINTO
Data: 05/06/2023 14:27:39-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Anderson Farias Pinto

Diretor Presidente

OFÍCIO DE JUSTIÇA
ITABORAÍ

Tabelião e Oficial de Registro: Marcelo Poppe de Figueiredo Fabião
Praça Marechal Floriano Peixoto, 41 - Centro - Itaboraí - RJ
Telefone: (21) 2639-1298/2639-1284

089971AA506808

Certifico que o presente documento foi protocolado sob o nº 13158, no Livro 4A, em 12/06/2023 e registrado sob o nº 4359 às folhas 82 do livro A132 em 21/07/23.

Selo Eletrônico de Fiscalização:
EEFI 23690 MGK

<https://www4.tjrj.jus.br/Portal-Extrajudicial/consulta>
Consulte a validade do Selo em:

Custas Emol+ FETJ + FUNPERJ + FUMPERJ + FUNARPEN + PMCMV + SELO FISCALIZAÇÃO. Total: R\$540,00.

JOSE LUIZ COSTA DA SILVA
Tabelião Substituto
Mat. 94/0425 CCJ/RJ

PROTOCOLO
Nº 13158
Lº 47 Fls. -
Data 12/06/2023

(21) 3728-4264 Inscrição Municipal: 1031701

www.institutorosabranca.org institutorosabranca28@gmail.com

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro - Itaboraí/RJ

Página de assinaturas



tatiane chagas
096.866.297-85
Signatário



HISTÓRICO

- | Data e Hora | Ação |
|----------------------|---|
| 05 jun 2023 14:45:12 | tatiane de menezes chagas criou este documento. (E-mail: tatianemenezes8923@gmail.com, CPF: 096.866.297-85) |
| 05 jun 2023 14:45:13 | tatiane de menezes chagas (E-mail: tatianemenezes8923@gmail.com, CPF: 096.866.297-85) visualizou este documento por meio do IP 177.154.4.176 localizado em Itaboraí - Rio de Janeiro - Brazil |
| 05 jun 2023 14:45:16 | tatiane de menezes chagas (E-mail: tatianemenezes8923@gmail.com, CPF: 096.866.297-85) assinou este documento por meio do IP 177.154.4.176 localizado em Itaboraí - Rio de Janeiro - Brazil |

PROCOLO
Nº 13158
Lº 44
Date 12 / 06 / 2023
Fis.

